

# A segunda escola profissional para o sexo feminino (Rivadavia Corrêa) do Distrito Federal ou a trajetória de sua diretora – Benevenuta Ribeiro (1913-1961)<sup>1</sup>

*The second professional school for women (Rivadavia Corrêa) of the Federal District or the trajectory of its principal - Benevenuta Ribeiro (1913-1961)*

Nailda Marinho da Costa Bonato\*

\*Dra. em Educação pela UNICAMP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO.  
e-mail: nbonato@yahoo.com.br

## Resumo

Este artigo apresenta a trajetória da Escola Rivadavia Corrêa como instituição educativa destinada ao sexo feminino. Tem sua origem na Escola Pública da Freguesia de Sant'Anna criada no século XIX para o ensino primário de ambos os sexos e constituindo uma das oito "Escolas do Imperador". No período republicano irá ocupar o prédio daquela escola primária como Escola Profissional Feminina instituída em 1913. Nesse momento, é dirigida por Benevenuta Ribeiro, uma das participantes da primeira Conferência pelo Progresso Feminino, evento organizado em 1922, pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que tinha como presidente Bertha Lutz. A diretora permaneceu à frente da "Escola Profissional Feminina Rivadavia Corrêa" até 1961.

## Palavras-chave

Escola Rivadavia Correa. "Escolas do Imperador". Educação Feminina. Primeira Conferência pelo Progresso Feminino – 1922. Benevenuta Ribeiro. Bertha Lutz.

## Abstract

This paper traces the trajectory of the Rivadavia Corrêa School as an educational institution for feminine sex. This educational institution emerged from the Freguesia de Sant'Anna Public School in the nineteenth century as a primary education for both sex and was considered one of the eight "Schools of the Emperor". Then it was characterized as Feminine Professional School in the Republican Age. At that moment it was managed by Benevenuta Ribeiro, one of the participants of the first Conference for the Women Progress, organized in 1922 by the Brazilian Federation for Feminine Progress, whose president was Bertha Lutz. The principal managed "the Rivadavia Corrêa Professional School for Women" until 1961.

## Key words

School Rivadavia Correa. "Schools of the Emperor". History of the women's education. First Conference for the Women Progress – 1922. Benevenuta Ribeiro. Bertha Lutz.

## A “Escola Pública da Freguesia de Sant’Anna”: uma “Escola do Imperador”

Antenor Nascentes, de acordo com Nelson Costa (1958), no jornal *Efemerides Cariocas*, em 14 de março de 1877, informa que foi inaugurada no município da Corte a Escola Pública da Freguesia de Sant’Anna, atual Escola Municipal Rivadávia Corrêa. O prédio onde iria se alojar teve sua pedra fundamental lançada em 5 de outubro 1874, com a presença do Imperador, do Ministro do Império, de Senadores, do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, entre outras personalidades. Na Ata de lançamento, lê-se:

Aos cinco dias do mês de outubro do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1874 às 5:12 horas da tarde, em presença do povo, foi por S.M. o Imperador o Sr. D. Pedro II lançada a pedra fundamental deste edifício, planejado pelo engenheiro Dr. Francisco Pereira Passos, destinado para escola pública de ambos os sexos da Freguesia de Sant’Ana desta muito Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no local do Campo de Aclamação, entre as Ruas de S. Pedro [Presidente Vargas] e Larga de São Joaquim [atual Marechal Floriano] oficiando a cerimônia religiosa o Revem. Monsenhor Felix Maria de Freitas e Albuquerque...<sup>2</sup> (Grifo meu)

Consta que a escolha do local – Campo de Santana deve-se principalmente ao fato de ser aquele lugar o centro político-administrativo da capital do Império, ponto estratégico onde se localizavam vários prédios representativos do Poder. Nele já existia a Estação da Estrada de Ferro D.

Pedro II, o Quartel-General do Exército, a Casa da Moeda, o Edifício do Senado e o Paço Municipal.

Essa escola se inseria como sendo uma das oito “Escolas do Imperador”<sup>3</sup> construídas com o produto da coleta de dinheiro a expensas oficiais e donativos do povo destinados à estátua do imperador D. Pedro II<sup>4</sup> a ser erguida em sua homenagem depois da guerra do Paraguai com a vitória brasileira, em 1870, se ele houvesse concorrido. A negativa para a honraria fez com que o dinheiro fosse destinado para a construção de escolas no Rio de Janeiro (AZEVEDO, 1969; PRIMITIVO, 1936).

A instrução pública existia em prédios alugados, com pagamento de aluguéis elevados, o que provocava mudanças e despesas constantes. O governo imperial também subvencionava algumas escolas particulares. Sendo assim, o ato do Imperador era louvado, dizia Frei José de Santa Amaral, inspetor da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte que:

[...] ao generoso impulso imperial esperamos ver surgir à época em que a Cidade do Rio de Janeiro e as principais do Império apontem para os edifícios da educação popular como os mais belos monumentos da glória nacional. (SME/CREP, 2005, p. 18) (Grifo meu)

Entre 1870 e 1877 foram fundadas oito escolas destinadas à instrução primária de meninos e meninas no Município da Corte, sendo instaladas em prédios monumentais<sup>5</sup> construídos em importantes localidades do espaço urbano, como foi o caso da “Escola Pública da Freguesia de Sant’Anna”, que teve seu prédio construído<sup>6</sup>

por iniciativa do Ministério do Império, porém contou com donativos de particulares. Só uma das oito escolas fora construída com verba exclusiva do governo central. (Ibid., pp.24 e 50). De acordo com Mograbi<sup>7</sup>, na apresentação do livro intitulado “Escolas do Imperador”:

Nessas escolas, a instrução era gratuita, separada e diferenciada por sexos. As meninas aprendiam as letras, matemáticas e prendas domésticas. Os meninos, além das letras e matemáticas, as ciências. (Ibid., p. 7)

No prédio dessa Escola irá se instalar, em 1915, a “2ª Escola Profissional Feminina”.

## A “Segunda Escola Profissional Feminina”

No ano de 1888, o edifício da Escola Pública da Freguesia de Sant’Anna passou a ser usado pela Escola Normal<sup>8</sup> que, sem lugar definitivo para instalar-se, ocupou o espaço até 1914. Nesse período, funda-se, em 1913, a “2ª Escola Profissional Feminina”, instalada provisoriamente na Escola José Bonifácio de nível primário, localizada num prédio<sup>9</sup> de arquitetura privilegiada, de grandes dimensões, como mais uma das oito “Escola do Imperador”<sup>10</sup>.

A Escola surge por força do decreto n. 838, de 20 de outubro de 1911, que determina, entre outras coisas, a criação de uma rede de vinte escolas profissionais, das quais dez destinadas ao sexo masculino e dez ao sexo feminino. Dois anos depois, por força do decreto n. 912, de 10 de maio de 1913, do prefeito general Bento Ribeiro<sup>11</sup>, seguindo a lógica da denominação dada às escolas primárias da época separadas para meninos e meninas<sup>12</sup>, são criadas a

“1ª Escola Profissional Feminina”<sup>13</sup> e a “2ª Escola Profissional Feminina”, nos moldes do já existente Instituto Profissional Feminino<sup>14</sup>, em regime de externato e devendo ser regida e dirigida por mulheres<sup>15</sup>.

A escola pública profissional, seguindo o sistema educativo da época, foi dividida em escola para o sexo feminino<sup>16</sup>, escola para o sexo masculino<sup>17</sup> e escola mista.

Segundo a ata transcrita abaixo, a 2ª Escola Profissional Feminina foi inaugurada em 8 de julho de 1913.

Aos oito dias do mês de julho de mil novecentos e treze, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da República dos Estados Unidos do Brasil, presentes os Senhores General Bento Ribeiro Carneiro Monteiro – Prefeito do Districto Federal, o director geral de Instrucção Publica Municipal, e mais pessoas gradas que subcrevem esta Acta, foi solemnemente inaugurada a 2ª Escola Profissional Feminina no pavimento superior da Escola José Bonifácio, sito à rua da Harmonia n. oitenta. E para constar e comemorar esta inauguração, foi lavrada a presente Acta, que vai assignada pelas pessoas presentes.

General Bento Ribeiro Carneiro Monteiro [...].<sup>18</sup>

A direção ficou a cargo de Benvenuta Ribeiro Carneiro Monteiro<sup>19</sup>, sobrinha do prefeito. No ano do decreto que instituiu a criação das escolas profissionais, em 1911, era nomeada datilógrafa da Diretoria de Estatística no Ministério da Agricultura, onde ficou até ser chamada pelo prefeito marechal Bento Ribeiro<sup>20</sup> para dirigir a Escola Profissional Rivadávia Correa.

Em 27 de outubro de 1915, passa a denominar-se Escola Profissional Rivadávia Corrêa, em homenagem ao

prefeito, conforme ofício enviado pelo Diretor Geral de Instrução Pública Municipal Azevedo Sodré para a diretora.

Comunico-vos para os devidos fins que denominei por acto de hontem, 27 do corrente, "Escola Profissional Rivadavia Correa" o estabelecimento profissional que dirigia.

Saudações.

A. Sodré<sup>21</sup>

É no prédio da Escola Pública da Freguesia de Sant'Anna, após as devidas adaptações, que foi instalada a Escola Profissional Rivadávia Corrêa, destinada exclusivamente ao sexo feminino, em 1915. Seu patrono, Rivadávia Correa,<sup>22</sup> entendia que "naquele casarão da Praça da República" seria dada a "disciplina conveniente ao sexo feminino".

A adaptação pela qual passou o prédio, naquele ano, teve o apoio financeiro de terceiros, incluindo empresas e políticos, por isso, muitas de suas salas foram "batizadas" com os nomes de seus benfeitores e políticos. Conforme Freitas (1954), em 1915, as salas das oficinas de costura, de pintura, de chapéus, de desenhos, de arte culinária, de modelagem, entre outras, foram instaladas a expensas do livreiro Francisco Alves, Vilas Boas & Cia, Leandro Martins e The Rio de Janeiro Light and Power.

A presença de empresas na escola era uma constante, fazendo-se visível com suas contribuições e interesses. Essa relação é demonstrada nos ofícios passados pela Diretoria Geral de Instrução Pública, em 24 de junho em 1913, comunicando à diretora o desconto de 50% nas passagens das alunas através de passes dados pela Light and

Power Co, pela Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, depois de pedido feito pela Diretoria de Instrução.

A Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, a pedido desta Directoria, resolveu conceder as alumnas de vossa escola passes com 50% de abatimento, que serão expedidos, á vista do cartão de matrícula por vós visado, para uso desses nos dias e horas de funcionamento das aulas da escola sob vossa direção, o que vos comunico para os devidos fins.

Saudações

O Director Gerall<sup>23</sup>

Dr. B. F. Ramiz Galvão<sup>24</sup>.

Pela legislação, o ensino público municipal ministrado nas escolas primárias e profissionais deveria ser livre, leigo e gratuito, devendo o ensino profissional ser distribuído inicialmente ao longo de três anos, em conformidade com o regulamento que lhes era dado. O curso profissional para o sexo feminino abrangeria: modelagem, desenho, pintura, gravura, litogravura, fotografia, datilografia, escritura mercantil, estenografia, tipografia, costura a mão e a máquina, rendas a mão e a máquina, flores e suas aplicações, chapéus e coletes para senhoras, gravatas.

No adestramento das atividades manuais, a mulher era mais indicada para isso. Para Louro, a escola profissional feminina dedica: "intensas e repetidas horas ao treino das habilidades manuais de suas alunas produzindo jovens 'prendadas', capazes dos mais delicados e complexos trabalhos de agulha e pintura" (Louro, 1997, p. 62). No caso da Escola Profissional Rivadávia Corrêa, as imagens de Malta re-

gistraram as oficinas de costura, chapéu, bordado, colete, entre outras, reforçando a importância dada a esse tipo de aprendizagem. Constituído-se como uma escola de “sucesso” na formação profissional para as meninas que, para nela se matricular teriam que possuir idade entre 12 e 20 anos e conhecimento, de pelo menos, parte das matérias do ensino primário, demonstrado em exame de admissão, ficando muitas candidatas aguardando vagas (Carneiro Leão, 1926).

### **O “sucesso” da Escola Profissional Rivadávia Corrêa na primeira Conferência pelo Progresso Feminino representado na figura de sua diretora Benevenuta Ribeiro**

Em 1922, Benevenuta Ribeiro Carneiro Monteiro participou, como representante do Distrito Federal e diretora da Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêa, da primeira Conferência pelo Progresso Feminino, organizada no Rio de Janeiro pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino<sup>25</sup>, instituição que tinha como presidente Berta Lutz<sup>26</sup>. As perguntas que se colocavam eram as seguintes: Por quê a diretora dessa escola participou de um evento organizado por uma entidade que lutava pela emancipação feminina? De que forma ela participou?

No ano que também ficaria marcado pelas comemorações do Centenário da Independência do Brasil com a organização da Exposição Universal no Rio de Janeiro, capital do país, pela fundação do Partido Comunista Brasileiro, pela Revolta do Forte

de Copacabana, pela organização da Semana de Arte Moderna, Bertha Lutz convocava para a primeira Conferência pelo Progresso Feminino<sup>27</sup> que tinha como tese geral: “A colaboração da Liga pelo Progresso Feminino na educação da mulher no bem social e aperfeiçoamentos humanos” e apresentava como um de seus objetivos: “[...] deliberar sobre questões práticas de ensino e instrução feminina [...]” (Grifo meu).

Em uma correspondência, a feminista convida o Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal Antonio Carneiro Leão (1922-1926)<sup>28</sup> no qual, “confiando na [sua] esclarecida orientação”, toma a liberdade de também solicitar a indicação de delegadas daquela Diretoria para fazer parte da Comissão de Instrução e Educação<sup>29</sup> da Conferência “afim de que os trabalhos sejam orientados pelos elementos profissionais mais competentes que existem entre nós”<sup>30</sup>.

As indicadas da Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal foram as professoras Esther Pedreira de Mello, Inspectora Escolar; Benevenuta Ribeiro, Diretora da Escola Profissional Feminina Rivadávia Correa; Maria Xaltrão Gaze, Diretora da Escola de Aplicação, que juntamente com outras delegadas da Federação na Conferência viriam a compor a Comissão de Educação e Instrução<sup>31</sup>. Assim, a diretora se inseria entre os “elementos profissionais mais competentes que existem entre nós, no que se refere ao campo da educação”, conforme solicitação de Bertha Lutz a Carneiro Leão.

Aqui cabe outra pergunta: Por que a diretora da Escola Profissional Feminina

Rivadavia Corrêa foi reconhecida pelo diretor da Instrução Pública como um dos “elementos profissionais mais competentes que existem entre nós, no que se refere ao campo da educação”? Se uma representante da Liga Paulista pelo Progresso Feminino na Conferência, Branca de Canto de Mello informava haver em São Paulo uma Escola Profissional Feminina bem-sucedida, desejando que “com o correr dos tempos, a Escola venha a ter os seus cursos aumentados, de acordo com as diferentes aptidões profissionais que as operárias venham a revelar”, a Escola dirigida por Benevenuta não ficava atrás em termos de “sucesso” no campo do ensino profissional para o sexo feminino.

Criada em 1913, já em 1916 o “sucesso” do ensino oferecido às meninas sob a batuta de Benevenuta Ribeiro mereceria elogios da imprensa escrita. Em um texto de um periódico da época, se destaca: “Na Escola Rivadavia Corrêa acham-se reunidos os ensino práticos de corte, confecções de chapéus e flores, espartilhos, datilografia e cozinha, preparando donas de casa e operárias sob uma orientação moderna e prática”. Nota-se no texto a visão projetada sobre o papel da mulher” (SME/CREP, 2005, p. 51).

Constatarei em minha pesquisa de doutoramento que essa Escola profissional adquiriu grande visibilidade imagética através das lentes de Augusto Malta<sup>32</sup>, fotógrafo contratado para registrar as transformações urbanas levadas a cabo pelo então prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), no Distrito Federal. A Escola se inseria como prova de um modelo de educação profissional para o sexo feminino, dentro

do projeto modernizador da cidade do Rio de Janeiro. O ensino profissional oferecido às meninas pobres e de classe média baixa da capital e do país nos moldes dos países civilizados visando ao trabalho no lar, seja como dona-de-casa ou mesmo como empregada doméstica especializada, na indústria e no comércio, se apresenta como parte das ações do Estado no que se refere à educação.

O motivo de se dar grande visibilidade imagética a Escola, entre outras possibilidades, residia no fato de estar o prédio localizado em um ponto privilegiado e estratégico da cidade, como visto no início desse trabalho. Suas imagens ocuparam com destaque as páginas de jornais e revistas como a Revista da Semana<sup>33</sup>, inclusive na forma de cartão-postal<sup>34</sup>. As imagens valorizavam, sobretudo, o edifício monumental para uma escola e as atividades manuais ensinadas e aprendidas nas oficinas e as aulas de prendas domésticas da Escola dirigida por Benevenuta Ribeiro:

[...] sobretudo os trabalhos manuais desenvolvidos nas diversas oficinas e aulas de prendas domésticas, corte-costura, pintura, confecção de chapéus, desenhos, modelagem, arranjos de flores e o material necessário para seu desenvolvimento, valorização expressa no registro das exposições de final de ano com o produto do trabalho das alunas. Também se registra as aulas de datilografia e as atividades físicas. (Bonato, 2003, p. 117)

Segundo Freitas (1954), assim como no Instituto Profissional Feminino, a Escola Profissional nasceu tendo como objetivo a educação física, visando ao bem-estar do corpo feminino, atendendo a sua anatomia,

a intelectual e moral, e práticas necessárias, tanto para o bom desempenho das profissões designadas no seu Regulamento, como também para tornar menos difíceis os encargos do lar doméstico.

Esse tipo de ensino profissional, doméstico e agrícola era discutido na Conferência pelo Progresso Feminino, sob a responsabilidade da Comissão de Educação e Instrução que tinha em sua composição a diretora da Escola Profissional Rivadávia Corrêa. Os temas debatidos eram apresentados em forma de teses no âmbito da Comissão para que seus membros dessem parecer quanto a sua apresentação no plenário da Conferência.

Benevenuta Ribeiro participou ativamente da discussão ligada a educação e instrução da meninas, propôs teses e deu pareceres favoráveis a várias outras para que fossem levadas ao plenário da Conferência. No que tange ao ensino profissional, doméstico e agrícola, cinco “theses especiais” foram apresentadas; 1) Como primeiro passo para o ensino profissional deve-se difundir largamente o ensino do desenho a mão-livre? 2) Deve ter a mais ampla difusão o estudo da economia doméstica com as suas aplicações à agricultura e nas indústrias rurais? 3) Deve se promover largamente a criação de escolas para mães de família onde se ensinem além da economia e prendas domésticas as noções essenciais de higiene e medicina infantil? 4) O ensino profissional deve ser obrigatório? Quais os trabalhos especiais que devem ser cultivados pelo sexo feminino e quais os modelos que devem ser ministrados? 5) Como se deve resolver a questão

da obrigatoriedade do ensino profissional para as mulheres? Em que casos podem ser dispensadas do aprendizado, de artes e ofícios?

Benevenuta Ribeiro deu parecer favorável às teses como as de Guilhermina Vieira da Matta<sup>35</sup>, delegada do Espírito Santo, referentes ao “Ensino profissional e agrícola” que tratavam da necessidade “de criação de estabelecimentos de ensino para a preparação de orfãos e filhas de lavradores para os mistéres da vida, do cultivo dos campos”; que se proceda “um estudo acurado das necessidades do agricultor para o amparo de suas filhas sem o risco de abandono por ella dos labores para a busca de ocupação nas cidades”; e da “criação de aulas livres nas escolas primarias, onde se ministre o ensino agrícola de modo pratico e efficiente”. Questões que afligiam as mulheres reunidas naquele evento.

Por outro lado, a diretora defendeu a seguinte tese: “Ensino do desenho profissional e a mão livre nas escolas profissionais femininas.” No âmbito da Comissão de Educação e Instrução teve o parecer favorável de Corina Barreiros, delegada da Federação pelo Distrito Federal, que foi aprovado por unanimidade. Assim se pronunciou a congressista: “Seja o programma da Escola Rivadavia Corrêa publicado e espalhado largamente, oficialmente”<sup>36</sup>.

Apresentada ao plenário da Conferência, este conclui pela necessidade do “Ensino de desenho a mão livre obrigatório por ser base essencial do ensino profissional” e da fundação de mais escolas profissionais femininas. Neste sentido, a “Con-

ferência recomenda a difusão do ensino profissional, reconhecido, porém, que por enquanto não é possível a obrigatoriedade<sup>37</sup>. Assim embora fosse um tipo de escola criticada na citada Conferência de 1922 por algumas das participantes, como a feita pela já citada delegada da Liga Paulista em relação a ênfase dada no plano de estudos dessas escolas às atividades de costura, chapéu, bordado, colete, era uma escola reivindicada naquele fórum de discussão feminista.

Pensando no mercado de trabalho que se constituía, dizia a delegada da Liga Paulista que o tipo de ensino ministrado nas escolas profissionais não explorava e estimulava outras possibilidades do trabalho, como a da ourivesaria, gravação, fotografia, decorações internas, desenhos geométricos, desenhos característicos de estilos retrospectivos diversos, que muito auxiliam a indústria de fiação e tecidos, desenhos arquitetônicos etc. Assim sendo, na Conferência, a escola profissional também foi pensada como formadora da mão-de-obra feminina que serve ao lar, à indústria e ao comércio, condição que vai se consolidando ao longo de tempo, como constatado nas palavras de Afrânio Peixoto, Diretor de Instrução Pública no período de 1916 a 1917, em seu livro *A Educação da mulher*, uma obra de 1936, a se expressar da seguinte maneira em relação à escola profissional feminina: “[...] A escola profissional, depois de Azevedo Sodré, [1915-1916] dá produtos, procurados nas indústrias femininas e no comércio da indumentária” (1936, p. 111).

Ora, ao indicar Benevenuta Ribeiro, o educador pernambucano, estava não

apenas reconhecendo a sua “competência” na direção da Escola, mas também apresentando uma experiência, segundo ele, bem sucedida para as mulheres daquela Conferência em relação ao ensino profissional que a sua gestão na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal estava proporcionando ao sexo feminino; a própria solicitação feita a ele por Bertha Lutz, presidente da entidade organizadora do evento, já demonstrava esse reconhecimento por parte da Federação.

A Carneiro Leão eram dirigidos elogios de educadores estrangeiros em relação ao ensino profissional feminino proporcionado pela sua Diretoria. O professor americano da Universidade de Columbia I. L. Kandel que, em 1922, visitou a Escola, expressou-se, segundo o próprio Diretor, da seguinte forma: “O Sr. deve estar orgulhoso da sua escola, essa orientação é magnífica.” (1926, p. 191).

A Escola recebia freqüentemente, por um motivo ou outro, visitas de personalidades e autoridades nacionais e internacionais. Prefeitos e presidentes da República também a prestigiaram. O próprio Carneiro Leão e o prefeito Alaor Prata eram presenças freqüentes nas solenidades constantemente registradas por Augusto Malta e divulgadas em jornais e revistas da época.

Como visto, Benevenuta Ribeiro defendia naquela Conferência a necessidade do “Ensino do desenho profissional e a mão livre nas escolas profissionais femininas”, sendo esse tipo de ensino um exemplo da escola por ela dirigida para todas as outras escolas. Entendida por Carneiro-Leão como possibilidade de demonstrar o “sucesso”



pedagógico dessa escola, ele destaca a capacidade das alunas para o ensino de desenho e, na sua percepção, a felicidade com que as alunas realizavam tal tarefa:

Nellas o desenho e a modelagem são a base de tudo. Trabalho algum é executado antes de devidamente projectado e desenhado pela alumna; E é interessante verificar com que precisão e alegria desenhavam um chapéu, modelam um figurino. (Ibid.)

Uma das críticas feitas por Carneiro-Leão, já na década de 1920, ao Instituto Profissional Feminino, era a falta de uma cadeira de desenho com a mesma qualidade da existente nas escolas Rivadávia Correa e Paulo de Frontin. Um memorando do secretário-geral de Instrução Pública passado à diretora Benevenuta Ribeiro da Escola Rivadávia Corrêa, datado de 20 de dezembro de 1915, solicita que essa Escola, por empréstimo, ceda “para o Curso de Desenho do Instituto Profissional Orsina da Fonseca á cargo do Prof. Luiz Dumont, as planchetas existentes nessa Escola”. Isso se justifica, pois o ensino e a aprendizagem do desenho eram um dos motivos de elogios da Escola.

A “disputa pedagógica” aparece nas imagens referentes à prova de desenho, como a datada de 27 de novembro de 1925, no interior da “Sala Dr. Benedicto Raymundo”, em “Exame de desenho”. No resultado final, vem escrito nos desenhos o nome da aluna e “Exame: de memória em hora e meia”. As imagens parecem querer revelar as habilidades das alunas ao desenhar modelos de vestuário feminino em moda na cidade, em estilo europeu. A imagem registrada em 17 de novembro de

1923, onde aparecem quatro alunas em pé sobre as pranchetas desenhando e a mestra supervisionando o trabalho de uma delas, torna-se prova visual dessa capacidade. Nas revistas onde eram publicadas, observamos muita propaganda do vestuário feminino aliado a segredos de beleza.

Um outro fator também era motivo de elogios à Escola Profissional Feminina. Enaltecendo a competência e o sucesso das escolas profissionais para o sexo feminino, em relação às escolas profissionais para o sexo masculino, informa que a evasão escolar<sup>38</sup> era maior nessas do que naquelas escolas. Dizia o educador em seu Relatório de 1926:

Funcionaram aqui, o anno passado, quatro escolas profissionais masculinas com 800 matriculas e duas femininas com mais de 900... Nas escolas masculinas é pequenissimo o numero daquelles que terminam o curso, nas femininas, entretanto, esse número é grande e cada vez maior. (CARNEIRO LEÃO, p. 193)

O Diretor se referia às escolas Paulo de Frontin e Rivadávia Corrêa.

Voltando à Conferência, considerada a “ciência do lar”, a educação doméstica para as meninas não foi esquecida. Esse tipo de ensino era incentivado segundo “os mais modernos modelos americanos e europeus. Reivindicava-se que fosse destinado nas escolas um tempo maior dedicado a esse estudo entendido como tão importante para a formação da mulher como uma perfeita dona-de-casa quanto ler e escrever. Mas, se a Escola Doméstica de Natal, dirigida pela americana Miss James, era a referência, o plano de estudos da Escola Profissional Rivadávia Corrêa

contemplava a educação doméstica. Como exemplo, uma imagem de 1922 da aula de artes culinárias acontecendo na cozinha doméstica denominada “Sala Mabel Pearson”. Nela as alunas trajando uniforme com touca de pano na cabeça e as mestras usando avental, o fotógrafo tenta demonstrar a preocupação com a higiene na feitura dos alimentos. Segundo propagado pelas mulheres na Conferência, ou pelo menos por algumas delas, o sexo feminino precisava, entre outras coisas, conhecer os cuidados e o asseio individual, da casa e sua dependências e dos animais; saber escolher e preparar os alimentos, seu valor nutritivo e econômico; preocupar-se com o regime alimentar das crianças, dos adultos e dos enfermos<sup>39</sup>.

Para Rodrigues (2000), o plano de estudos das escolas profissionais, entre elas a Escola Profissional Rivadávia Corrêa, contemplava a aprendizagem das prendas domésticas, com isso essas escolas produziam jovens “aptas” para o casamento, a maternidade e a vida no lar, considerando o papel imputado à mulher naquele período, mas também profissionais para o emprego doméstico.

Se a idéia da escola do trabalho não foi tão enfatizada por Carneiro Leão em sua proposta educativa, e sim por Fernando de Azevedo, ambos concordavam que a escola profissional era importante para a formação das meninas, principalmente das “desamparadas” do Distrito Federal.

Da memória imagética da Escola Profissional Rivadávia Correa, a mais extensa e preservada, pela quantidade de fotografias encontradas, aliado a outros documen-

tos, podemos dizer que a maioria é a relativa às atividades ligadas ao trabalho manual, às atividades profissionalizantes. Sem dúvida, pela sua importância para a escola e para a formação de uma mão-de-obra seja para o trabalho no lar ou externo a ele. Na Conferência, a delegada da Liga Paulista reforça esse pensamento citando alguns trechos da conferência sobre “Educação Profissional” proferida pelo professor Aprígio Gonzaga no Conselho de Educação de São Paulo. [Convidado por Carneiro Leão para ajudar na Reforma Educacional no Distrito Federal; declinou do convite devido ao acúmulo de trabalho em São Paulo.] Para o citado educador:

A escola tem de encarar a mulher sob duas faces: a mulher casada e a mulher solteira. A missão principal da mulher é de ser: “mãe de família, esposa, quando necessário for, trabalhadora ao lado do homem, para se manter, sem dependências ou humilhações.”<sup>40</sup>

Porém, nem todas as mulheres se casam, indo para o mercado de trabalho, e a escola tem de considerar essa realidade, continua a reflexão; e estabelecendo a diferença entre as moças ricas e pobres, enfatiza a necessidade que essas últimas têm da educação doméstica, como salvação, quem sabe, para encontrar “um bom marido” e manter assim um “bom casamento”.

[...] Os pais, quando ricos, dão-lhes educação de salão: piano, canto, esporte, danças e outras prendas que estão muito bem nas ricas (eu acho até que nem as ricas têm o direito de desconhecer o trabalho da educação dos filhos e a direção do lar); mas para a classe pobre, só na escola doméstica está a salvação. Na escola do-

méstica a mulher deve aprender a ser boa dona de casa.<sup>41</sup>

O projeto republicano visava tirar a massa ignara do atraso deixado pelo antigo regime, segundo seus ideólogos. Nesse entendimento, a educação, principalmente a instrução primária, se faz essencial. Nesse nível de instrução, o ensino profissional é pensado para ser oferecido às classes menos favorecidas considerando a descentralização do ensino trazido pela República que resulta num sistema educacional sem unidade. Nesse caminho, às classes populares, o ensino primário, normal e técnico-profissional e, à elite, o ensino secundário e superior. Assim, esse hiato sócio-educacional provindo do Império se mantém no novo regime, no dizer de Saffioti:

O hiato entre a rede primária de ensino e a instrução superior já implantado no Império [...]. Justapunham-se, sem ligação vertical, o sistema primário, normal e técnico-profissional, de um lado, e o sistema secundário e superior de outro. Constituinte o primeiro o sistema de educação popular e o segundo o sistema de educação da elite [...]. (SAFFIOTI, 1979, p. 214)

Quanto ao ensino profissional, doméstico e agrícola, como conclusões da Conferência de 1922, temos, entre outras:

Trabalhar pela criação e desenvolvimento de Escolas Profissionais, de modo a formar operárias artífices ou artistas em qualquer dos ramos de actividade manual para o qual revelem aptidão ou vocação.

Fomentar a disseminação do ensino de Economia Doméstica em todos os collegios existentes no territorio da República, de modo a formar do melhor modo possível e de maneira homogenea a dona de casa e a mãe de família brasileira.<sup>42</sup>

Benevenuta Ribeiro participa da Conferência como representante de uma Escola Profissional Feminina que não deixava quase nada a desejar em relação ao ensino profissional reivindicado para o sexo feminino naquele espaço de discussão. Ensino esse ministrado sob sua direção na Escola Profissional Rivadávia Corrêa tendo em vista as necessidades do Estado Educador dentro das exigências da pedagogia moderna e do mercado profissional que se constitua na capital federal.

## **A Escola segue após a Conferência**

Após a primeira Conferência pelo Progresso Feminino, Benevenuta Ribeiro continua dirigindo com “sucesso” a Escola Profissional Rivadávia Corrêa. Seu Plano de Estudos também contemplava aulas de ginástica, atividades culturais e passeios que foram alvos das lentes de Malta. São exemplos a apresentação, no pátio da escola, da dança “Na Terra de Carmen”, coreografada pelas alunas em trajes típicos e a apresentação teatral “Toselli – Serenata”, em 1923, conforme identificação feita pelo próprio fotógrafo na superfície das imagens registradas; as visitas de estudos e passeios como ao morro do Corcovado (Cristo Redentor) e ao Museu Histórico, em 1926, sempre acompanhadas por professoras e pela diretora que participou da Conferência.

A imagem de Benevenuta Ribeiro é figura central em muitos dos registros produzidos por Malta, com o mesmo “status” dos prefeitos, diretores de Instrução Pública e outras personalidades que visitaram a Escola. Sua vida se confunde com a história

da instituição educativa a qual dirigiu. A reportagem do jornal A Nação, de 1938, destaca sua “competência” à frente da escola, até aquele ano, da seguinte maneira: “A direcção actual do estabelecimento esta a cargo do desvelo e competência da professora Benevenuta Ribeiro...”<sup>43</sup> Além de trazer a imagem do prédio da então Escola Technica Secundaria Rivadavia Corrêa, traz a do seu fundador Bento Ribeiro, apontando ainda a importância dada à escola como “Cartão-pedagógico” à sociedade carioca.

Está de parabéns o magistério desta cidade e, em particular, o ensino público da Prefeitura do Distrito Federal, pelo transcurso na data de hoje, do jubileu de prata da Escola Technica Secundaria Rivadavia Corrêa, estabelecimento educacional de maior prestígio, das melhores tradições da capital da República. Fundada a 10 de maio de 1913<sup>44</sup>, na administração do então prefeito marechal Bento Ribeiro, sob a denominação de 2ª Escola Profissional Feminina, o conhecido educandário teve como sede, inicialmente, o 2º andar da Escola Primária “José Bonifácio”, no bairro da Saúde. Em 15 de novembro de 1915, já então na administração do prefeito Rivadávia Corrêa, transferiu-se para o prédio da Praça da República, especialmente construída para esse fim [...].<sup>45</sup>

Outra reportagem do Jornal do Brasil, datada de 10 de maio de 1973, intitulada “Colégio Rivadávia Correia chega aos 60 anos com um acervo de objetos raros”, destacando o trabalho pedagógico desenvolvido na escola sob a batuta da diretora, nos informa que, sob sua administração, se, em 1915, o número de alunas matriculadas era de 35, em 1916, já era de 200, havendo

então um aumento significativo de um ano para outro. Naquele espaço educativo:

As meninas aprendiam a cozinhar, a fazer enfeites de flores, a bordar, a fazer chapéus. De 1913 a 1961 o colégio foi dirigido por Dona Benevenuta Monteiro, que morreu aos 80 anos, poucos dias depois de deixar a direção do colégio. (Grifo meu)

De acordo com a reportagem, Benevenuta Ribeiro permaneceu à frente da direção até o ano de 1961, morrendo dias depois de deixar o cargo. Enquanto esteve à frente da escola, a diretora não permitiu o ingresso de alunos, o que veio a ocorrer tão logo decidiu retirar-se, em 1961. Nessa década, a instituição educativa passa a chamar-se “Colégio Estadual Rivadávia Corrêa”.

Em um requerimento datado de maio de 1974, um deputado estadual comunica que requereu à Mesa, na forma regimental, voto de congratulações ao Colégio Estadual Rivadávia Corrêa, na pessoa de seu diretor, prof. João Baptista Chagas Filho, pela passagem do 61º aniversário de fundação. Justificando a importância do colégio, traça um histórico chamando atenção para a sua atuação como escola para o sexo feminino; neste sentido, se expressa da seguinte forma: “[...] Outrora se dedicou à orientação e à cultura da mulher brasileira, através de aulas de artesanato, culinária, corte e costura, bordado etc”<sup>46</sup>.

A partir de 1975<sup>47</sup>, passou a chamar-se Escola Municipal Rivadávia Corrêa e permaneceu com essa denominação até os dias atuais. O prédio histórico, do século XIX, foi tombado como patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro, pelo Decreto

Municipal n. 9414/90, de 21 de junho de 1990.

A Escola ocupou até 1998 o prédio histórico<sup>47</sup> que, como visto, foi construído originalmente para abrigar a Escola Pública da Freguesia de Sant'Anna, no século XX, como uma das "Escolas do Imperador". Naquele ano foi transferida para um prédio anexo "construído no final dos anos 1920, fruto de uma trágica concepção arquitetônica, sem qualquer compromisso estético com o antigo sobrado" (SME/CREP, 2005, p. 52). Conforme as fontes consultadas para a tese, a Escola teve sua arquitetura alterada com a construção de um anexo de cinco andares, em 1929, por conta da Reforma Fernando de Azevedo, não sem oposição da diretora Benevenuta Ribeiro. Revoltada com o projeto, decidiu ausentar-se, viajando para diversos países, chegando até o Egito. Enquanto viajava, o anexo foi construído, naquele momento, possuindo a Escola os cursos Industrial, Doméstico e Comercial.

O prédio histórico do século XIX, a partir de outubro de 2002, passou a abrigar o Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro, "um local para pesquisas e publicações sobre educação, para exposições fotográficas e iconográficas de temas relacionados também à educação e eventos culturais" (SME/CREP, 2005, p. 52), conforme divulgado no livro "Escolas do Imperador".

## Notas

<sup>1</sup> Esse artigo foi constituído por partes alteradas, sendo que majoritariamente do terceiro capítulo da minha tese de doutorado intitulada "A Escola Profis-

sional para o Sexo Feminino através da imagem fotográfica", defendida em agosto de 2003, na Unicamp; e por alguns resultados da investigação que venho desenvolvendo desde 2005 através do projeto institucional "As concepções da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino sobre a educação feminina" apoiado pela FAPERJ em 2007.

<sup>2</sup> Fonte: Acervo da Escola Municipal Rivadávia Corrêa – EMRC.

<sup>3</sup> A primeira escola foi a "Escola da Freguesia de Sant'Anna – Escola São Sebastião, cujo prédio foi demolido em 1938. A essa escola se seguiram: a Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória – Escola José de Alencar – Colégio Estadual Amaro Cavalcanti; a Escola da Freguesia de Santa Rita – Escola José Bonifácio – Centro Cultural José Bonifácio; a Escola da Freguesia de São Cristóvão – Escola Gonçalves Dias; Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho – Escola Orsina da Fonseca; a Escola da Freguesia de São José – Escola São José, cujo prédio foi demolido em 1920; a Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea – Escola Luiz Delfino; e a Escola da Freguesia de Sant'Anna – Escola Rivadávia Corrêa. (SME/CREP, 2005, p.19)

<sup>4</sup> D. Pedro II subiu ao trono imperial em 1840, permanecendo até 1889.

<sup>5</sup> Com exceção da Escola da Freguesia da Gávea, atual Luiz Delfino, de proporções menores. (SME/CREP, 2005, p. 24).

<sup>6</sup> Planejado pelo engenheiro Pereira Passos, que seria no futuro prefeito da República no Distrito Federal no período de 1902-1906.

<sup>7</sup> Sonia Maria Corrêa Mograbi, então Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro, na apresentação do livro intitulado "Escolas do Imperador" elaborado a partir da exposição homônima "que marcou a inauguração do Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro, ocorrida em 18 de outubro de 2002". (SME/CREP, 2005, contracapa).

<sup>8</sup> O Edifício teve seu projeto original modificado em 1896 pelo engenheiro Antonio de Paula Freitas. Em 1914, a Escola Normal foi transferida para a Escola Estácio de Sá, na rua S. Cristóvão e, em 1930, transferida para o prédio próprio na rua Mariz e

Barros, na Tijuca, prédio construído na administração do prefeito Antonio Prado Júnior, sendo Diretor-Geral de Instrução Pública Fernando de Azevedo. O decreto n. 3.810, de 19 de março de 1932, extingue a Escola Normal e cria o Instituto de Educação. (BONATO, 2002 e 2003).

<sup>9</sup> Situada à rua da Harmonia, n. 80, no bairro da Saúde.

<sup>10</sup> Pelo decreto n. 844, de 19 de dezembro de 1901, o ensino do Distrito Federal compreendia o ensino primário, o normal e o profissional.

<sup>11</sup> No governo de marechal Hermes da Fonseca foi, de novembro de 1910 até novembro de 1914, prefeito do Distrito Federal. Faleceu em 20 de agosto de 1921. (Fonte: Acervo da Escola Municipal Bento Ribeiro).

<sup>12</sup> As escolas primárias separadas para meninos e meninas eram denominadas, por exemplo, como: 1 a escola primária para o sexo feminino do 1<sup>a</sup> distrito.

<sup>13</sup> Conforme Freitas (1954), essa escola foi instalada de forma experimental, em 10 de maio de 1913, no andar superior da escola de instrução primária José de Alencar (hoje Amaro Cavalcanti), no Largo do Machado. Porém, de acordo com a ata, a Escola foi inaugurada em 7 de julho de 1913. (Fonte: Acervo AGCRI). Um ofício datado de 4 de julho de 1913 da Diretoria Geral de Instrução Pública, assinado por Ramiz Galvão, convida a diretora da 2<sup>a</sup> Escola Profissional Feminina [Rivadavia Corrêa], Benevenuta Ribeiro, para a inauguração da 1<sup>a</sup> Escola Profissional Feminina [Bento Ribeiro]. (Fonte: acervo da Escola Municipal Rivadávia Corrêa). Os cursos começaram a funcionar em 8 de julho do mesmo ano. Porém, é a data de 10 de maio que ficou consagrada às comemorações do aniversário da Escola. Conforme o ato de 26 de outubro de 1915, assinado pelo então Diretor Geral de Instrução Pública, Antonio Augusto Azevedo Sodré, na gestão do prefeito Rivadavia Correa, atribuiu-se àquela Escola o nome de seu fundador, passando a denominar-se “Escola Profissional Bento Ribeiro”, em homenagem ao ex-prefeito. (Fonte: Acervo da Escola Municipal Bento Ribeiro).

<sup>14</sup> No âmbito da educação oficial, esse tipo de escola para o sexo feminino é marcado pela criação do Instituto Profissional Feminino, em 1898.

<sup>15</sup> Por conta do decreto de Bento Ribeiro, foi criada

ainda a Escola Profissional Paulo de Frontin, em 1919, hoje Colégio Estadual Paulo de Frontin.

<sup>16</sup> Como utilizado na época para se referir às escolas onde as meninas estudavam.

<sup>17</sup> O Instituto Profissional Masculino João Alfredo (inaugurado em 1875, como “Asilo dos Meninos Desvalidos”), Ferreira Viana e a Escola Visconde de Mauá. Quanto a essas escolas ver a tese elaborada por Maria Ciavatta Franco para o Concurso Público para Professor Titular de Educação e Trabalho, da Universidade Federal Fluminense, intitulada A Escola do trabalho: história e imagens. Niterói, 1993.

<sup>18</sup> Fonte: Acervo AGCRI.

<sup>19</sup> Benevenuta Carneiro nasceu em 26 de outubro de 1878, no município de Uruguayana no Rio Grande do Sul, filha de Severino Ribeiro Carneiro Monteiro e Maria Rachel Ribeiro Carneiro Monteiro, neta pelo lado materno dos barões de São Borja. Seu avô, o marechal Bento Manoel Ribeiro, foi um dos militares em destaque na guerra Farroupilha, em 1835. Fez seus estudos secundários no colégio de Religiosas S. José, em São Leopoldo.

<sup>20</sup> Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, filho do tenente Vitorino Jose Carlos Monteiro e de D. Benevenuta Carneiro Monteiro, barões de S. Borja, nasceu no dia 2 de setembro de 1856, em Jaguarão, Rio Grande do Sul. Em março de 1875, ingressou no Exército. Aluno da antiga Escola Militar da Praia Vermelha, em 1878, passou por todos os postos da carreira e, em 1920, era marechal graduado. Fez o curso de Engenharia e bacharelou-se em Matemática e Ciências Físicas. Como engenheiro militar construiu linhas telegráficas de valor estratégico em Mato Grosso e Rio Grande do Sul, sobressaindo a que une a cidade do Rio Grande a Santa Vitória do Palmar. Em 1904, comandava a Escola Militar do Rio de Janeiro. No governo de Nilo Peçanha foi chefe do Estado-Maior do Exército e no do marechal Hermes da Fonseca, de novembro de 1910 até o fim de 1914, prefeito do Distrito Federal. Faleceu em 20 de agosto de 1921. Fonte: acervo da Escola Municipal Bento Ribeiro.

<sup>21</sup> Fonte: Acervo EMRC.

<sup>22</sup> Rivadávia da Cunha Corrêa nasceu em Santana do Livramento, RS, em 1866. Fez Direito pela Faculdade de São Paulo, 1884. Foi Deputado Constituinte pelo seu estado, em 1916, senador na vaga de Pinhei-

ro Machado. Ministro da Justiça no governo de Hermes da Fonseca e depois Ministro da Fazenda. No governo de Wenceslau Brás, foi nomeado prefeito do Distrito Federal. Prefeito do Distrito Federal, de 16 de novembro de 1914 a 5 de maio de 1916. Dedicou-se à regulamentação do ensino nos Institutos Profissionais e na Escola Normal (Decreto n. 058, de 29/1/1916). Teve como diretor de Instrução Pública Antonio Augusto de Azevedo Sodré, que o sucedeu na Prefeitura, de maio de 1916 a janeiro de 1917. Faleceu em 1920.

<sup>23</sup> Fonte: Acervo EMRC.

<sup>24</sup> Fonte: Acervo EMRC.

<sup>25</sup> Fonte: Fundo FBPF/AN. A entidade tinha como membros de sua diretoria: Bertha Lutz; Stella Durval; Jeronyma Mesquita; Cassilda Martins; Esther Ferreira Vianna; Evelina Arruda Pereira; Berenice Martins Prates, entre outras. No Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado, encontramos verbetes de algumas dessas mulheres, a saber: Bertha Lutz (ver p. 106-12); Stella Durval (ver p. 502); Jeronyma Mesquita (ver p. 290-91); Evelina Arruda Pereira (ver p. 214-15). Mantive os nomes grafados como aparecem no documento original. No Dicionário também encontramos um verbebo referente à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino-FBPF (ver p. 217-25).

<sup>26</sup> Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). Nasceu em São Paulo-SP, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do médico-cientista Adolfo Lutz. Após estudos na Europa, volta ao Brasil, em 1918. Bióloga concursada, é nomeada, em 1919, para alto cargo no Museu Nacional. Realizou ações “impensáveis” para as mulheres do seu tempo como, por exemplo, estudar em Paris, formando-se em Biologia na Sorbonne. Influenciada pelas lutas das mulheres européias e americanas iniciou uma luta pelo sufrágio feminino entre nós, sendo esta a principal bandeira da Federação. Juntamente com outras mulheres, criou a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher que seria o embrião da Federação criada em 1922, ano em que organizou a primeira Conferência pelo Progresso Feminino. A Federação se tornaria uma das referências do movimento feminista brasileiro na primeira metade do século XX, com destaque especial para a conquista do sufrágio fe-

minino alcançado em 1932.

<sup>27</sup> Além da primeira Conferência pelo Progresso Feminino, a Federação tem importante papel na organização de mais dois Congressos Feministas realizados no século passado, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a saber: o II Congresso Internacional Feminista, em 1931 e o III Congresso Internacional Feminista, em 1936.

<sup>28</sup> Antonio Carneiro Leão, então diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, como nacionalista que era, visava à preparação técnica “das novas gerações brasileiras”. Via a necessidade de instrução primária do povo como solução para que o país saísse do atraso em que se encontrava diante das nações modernas. Dizia ele, ao término de sua gestão na Diretoria Geral de Instrução Pública: “A orientação impressa ao ensino primário [...] e, sobretudo, a indicada nos novos programmas, patenteiam a preocupação de uma educação de actividade, de uma preparação technica das novas gerações brasileiras.” No seu entendimento, essa preparação técnica não vinha ocorrendo de forma satisfatória na capital do país. Embora mais preocupado com a primária, a escola profissional não deixou de ser alvo.

<sup>29</sup> Conforme consta do Programa, a Conferência foi estruturada em Comissões como: Organização; Educação e Instrução; Carreiras e Campos de Atividades Apropriadas à Mulher; A mulher na Indústria, no Comércio e no Funcionalismo Público; Direitos da Mulher; Assistência e Proteção à Mulher e à Criança; O Papel da Mulher na Civilização.

<sup>30</sup> Fonte: Fundo FBPF/AN.

<sup>31</sup> Na Comissão de Educação e Instrução foram discutidos diversos temas referentes à educação e instrução das mulheres, a saber: a nacionalização do ensino público, ensino profissional, doméstico e agrícola, a formação para o magistério, o ensino primário, o ensino secundário e superior; além de questões como o alto índice de analfabetismo entre as mulheres e a co-educação dos sexos.

<sup>32</sup> Fotógrafo oficial do Distrito Federal, no período de 1903 a 1936, Augusto Malta nasceu em Alagoas, em 14 de maio de 1864. Depois de viver no Recife, veio para o Rio, por volta de 1888, passando a trabalhar inicialmente como “auxiliar de escrita” em um estabelecimento comercial da rua Larga de São Joa-

quim. Foi casado com Laura de Oliveira Campo com quem teve cinco filhos: Luttgardes, Arethusia, Callestenis, Aristocléa e Aristógiton. A esposa morreu em 1904. Casado pela segunda vez com Verschueren Malta Campos, teve quatro filhos: Eglé, Dirce, Amaltea e Uriel. Faleceu aos 93 anos, de infarto, no Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1957, e, conforme depoimento da filha Amaltea ao Museu da Imagem e do Som, como paradoxo do destino, embora ateu, foi enterrado com o hábito da Venerável Ordem Terceira da Penitência.

<sup>33</sup> Encontramos fotos da Escola nos v. 17, n. 46, p. 50-51, de 23 de dezembro de 1916; e v. 19, n. 30, p. 6, de 31 de agosto de 1918.

<sup>34</sup> Armando Martins de Barros (1997) desenvolveu sua tese de doutorado nesta perspectiva. Ver referência no final desse texto.

<sup>35</sup> Participaram da Conferência representantes de vários estados da federação, como: Pernambuco, Paraíba, Bahia e Sergipe, Pará, Santa Catarina, Amazonas, Espírito Santo e também do Distrito Federal. E diversos colaboradores, entre eles senadores, deputados, médicos e advogados. Dela também participaram algumas Associações, entre elas a Liga de Professores, a Cruzada Nacional Contra a Tuberculose, o Centro Social Feminino, a Cruz Vermelha, a Legião da Mulher Brasileira, a União dos Empregados no Comércio. Teve como delegada de honra Mrs. Carrie Chapman Catt, Presidente da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e da Associa-

ção Pan-Americana de Mulheres.

<sup>36</sup> Fonte: Fundo FBPF/AN.

<sup>37</sup> Ibid.

<sup>38</sup> Como a escola oferecia logo uma formação, ou seja, o aluno aprendia um ofício, este ia em busca de ser absorvido pelo mercado de trabalho pela necessidade econômica; sendo absorvido, não continuava os estudos. Constatamos esse dado no trabalho de Ciavatta sobre a escola profissional masculina: "Em todas elas, poucos alunos terminavam o curso, se "diplomavam", como registram os documentos, o é confirmado pelos professores entrevistados. As razões eram a pobreza e a necessidade dos adolescentes de trabalhar e ajudar nas despesas da família tão logo adquirissem conhecimentos que lhes permitisse o exercício inicial de uma profissão." (CIAVATTA, 1993, p. 30).

<sup>39</sup> Fonte: Fundo FBPF/AN.

<sup>40</sup> Fonte: Fundo FBPF/AN.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Mantive a escrita do documento original em várias citações.

<sup>43</sup> Fonte: Acervo EMRC.

<sup>44</sup> Data que ficou consagrada ao seu aniversário.

<sup>45</sup> Fonte: Acervo EMRC.

<sup>46</sup> Fonte: Acervo EMRC.

<sup>47</sup> Devido à fusão do estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara.

<sup>48</sup> O prédio histórico que ora se encontra na Avenida Presidente Vargas, n. 1314.

## Referências

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ARQUIVO Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Augusto Malta: catálogo da série negativo em vidro. Aristógiton Malta. Coord. Elizabeth Cristina Marques de Loureiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento Geral de Documentação e Informação e Cultura; Divisão de Editoração, 1994. (Biblioteca carioca; v. 29. Série Instrumentos de Pesquisa).

AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.

AZEVEDO, Moreira de. O Rio de Janeiro – sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. 3. ed. v. II, 1877/1969.



BARROS, Armando Martins de. Da pedagogia da imagem às práticas do olhar: uma busca de caminhos analíticos. Tese (Doutorado em Educação, 2v.) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. A Escola Normal: uma escola para mulheres? A formação de professores/as para o ensino primário no Rio de Janeiro do Império à República. In: Campos, Maria Christina Siqueira de Souza, Silva, Vera Lucia Gaspar da (Orgs.). Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p.163-91.

\_\_\_\_\_. A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, Campinas-SP, 2003. Orientada pelo Prof. Dr. José Claudinei Lombardi.

\_\_\_\_\_. O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso: uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. Acervo: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 18, n. 1-2 (jan./dez. 2005).

CARNEIRO LEÃO, Antonio. O ensino na Capital do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1926.

CIAVATTA, Maria. A escola do trabalho: história e imagens. Tese (livre docência) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói-RJ, 1993.

COSTA, Nelson. Rio de ontem e de hoje. Rio de Janeiro: Leo Editores, 1958. (Coleção Estácio de Sá I)

FLEIUS, Max. Fundação da Cidade do Rio de Janeiro – Districto Federal: resumo didactico. São Paulo: Companhia Melhoramentos; IHGB, 1928.

FREITAS, Zoraide Rocha de. História do ensino profissional no Brasil. São Paulo, 1954.

HAHNER, June Edith. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Tradução de Eliane Lisboa; apresentação de Joana Maria Pedro. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. (Em co-edição com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

MOACYR, Primitivo. A instrução no Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. II, 1937.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU – Editora Pedagógica e Universitária; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

PEIXOTO, Afranio. A educação da mulher. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. II, 1936.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da educação brasileira. São Paulo: Moraes, 1988.

RODRIGUES, Rosane Nunes. Educação doméstica e a produção de imagens femininas (DF-

1920-1930). In: Caderno de resumos do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Educação no Brasil: história e historiografia. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação. 6 a 9 de nov. 2000. p. 345-6.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

SCHUMAHER, Schuma, BRAZIL, Érico Vital. (Orgs.). Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME/CREP. Escolas do Imperador. Rio de Janeiro: Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro, 2005.

## **Acervos e fontes**

ACERVO DO ARQUIVO NACIONAL. Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. 1902-1979.

ARQUIVO NACIONAL. Inventário sumário do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. 1902-1979. Organizado em 1989.

ACERVO da Biblioteca Nacional

ACERVO do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

ACERVO da Escola Municipal Rivadávia Corrêa

ACERVO da Escola Municipal Bento Ribeiro

BOLETIM MENSAL do Colégio Estadual Bento Ribeiro. 60 anos a Bem da Educação, Rio de Janeiro, n. 2, maio de 1973.

DOCUMENTOS parlamentares. Instrução pública. v. 9 Rio de Janeiro. Curso Polytechnico – curso médico-escolas agrícolas e comerciais e outras de natureza technica (1891-1919). Typ. do Jornal do Commercio. Senado Federal, Sessão de 17/12/1906.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro. Departamento Geral de Administração. Divisão de Documentação. Cadastro de escolas municipais. Rio de Janeiro: SME/DGA/DD, s.d. (Dat).

PREFEITURA do Districto Federal. Lei do Ensino Primário, Normal e Profissional. Decreto n. 981 de 2 de set. de 1914. Modifica, de acordo com a autorização contida no Decreto legislativo n. 1619 de 15 de julho de 1914, o decreto n. 8838 de 20 de out. de 1911 (Ensino público Municipal) Rio de Janeiro. Typ. do Instituto Profissional João Alfredo, 1914.

**Recebido em 26 de abril de 2008.**

**Aprovado para publicação em 26 de maio de 2008.**